

População francesa reage contra lei que ameaça liberdades fundamentais

A proposta, que amplia o controle das polícias sobre a população mas retira possibilidades de controle da atuação policial, motivou os protestos que tomaram conta das ruas



Yacine Guellati

9 de dezembro de 2020

Na França, a proposta de lei *Sécurité Globale* amplia o controle das polícias sobre a população ao mesmo tempo em que retira possibilidades de controle da atuação policial pela sociedade. Essa lei “liberticida” (posto que ameaça liberdades fundamentais), constitui o cerne das controvérsias que culminaram nas manifestações das últimas três semanas.

O texto inicial da proposta de lei *Sécurité Globale* (“Segurança Total”, em tradução livre) foi apresentado na Assembleia Nacional em 14 de janeiro de 2020 por deputados do *La République en Marche*, partido da maioria governamental e do presidente Emmanuel Macron. Tinha como objetivo principal dotar as polícias municipais de maior poder e aumentar as competências dos agentes de segurança privada.

Em outubro de 2020, a proposta foi complementada por decisão do ministro de Assuntos Internos, Gérald Darmanin, no intuito de, segundo ele, “proteger os que nos protegem”. Foram inseridos dois pontos controversos.

O primeiro, nos artigos 20, 21 e 22, dispõe sobre a ampliação do uso de tecnologias de monitoramento pelas polícias, que inclui acesso ampliado às imagens de vídeo de segurança; uso de câmeras pelos policiais, permitindo o reconhecimento facial em tempo real; e utilização de drones em manifestações.

O segundo ponto – artigo 24 – proíbe e pune “com um ano de prisão e 45.000 euros de multa” a captação e divulgação de imagens que possam identificar os policiais e militares em operações.

Principal alvo das críticas, o artigo 24 é considerado um ataque direto à liberdade de imprensa e de informação por entidades ligadas aos direitos humanos e sindicatos de jornalistas. Além disso, o uso de novas tecnologias de monitoramento provoca inquietação devido ao risco de comprometer as liberdades individuais e a privacidade da população. A ampliação do poder das polícias municipais reforça ainda o sentimento de instauração de um estado policial na França.

Apesar da sensibilidade do tema, o projeto teve seu trâmite acelerado na Assembleia Nacional, a pedido do governo, movimento que, segundo a Comissão Nacional Consultiva dos Direitos Humanos, sinaliza a “degradação do debate democrático”, sobretudo considerando o estado de urgência sanitária em que o país se encontra.

A *PPL Sécurité Globale*, apresentada em seu texto final em 20 de outubro, discutida na Assembleia Nacional entre os dias 17 e 20 de novembro, e aprovada em 24 de novembro - com 388 votos a favor, 104 contra e 66 abstenções - será encaminhada para exame pelo Senado em janeiro de 2021.

Manifestações e posicionamento do governo

As manifestações contra o projeto de lei tiveram início em 17 de novembro, primeiro dia de discussão na Assembleia Nacional, convocadas por sindicatos de jornalistas, associações de direitos humanos e pelo movimento dos Coletes Amarelos.

No dia seguinte, diversos jornalistas vieram a público denunciar que agentes policiais os haviam impedido de cobrir as manifestações, outros ainda foram presos e/ou agredidos. Em resposta, e inflamando a polêmica, o ministro Darmanin declarou que os jornalistas “deviam se aproximar das autoridades e informar as prefeituras” antes de cobrir as manifestações.

Os demais atos ocorreram nos dias 21 e 28 de novembro e 5 de dezembro, em várias cidades francesas. Muitas terminaram com confrontos entre manifestantes e policiais.

As respostas aos protestos foram divergentes dentre os aliados do governo. Alguns membros da maioria sinalizaram apoio à reformulação do artigo 24, ou ainda a possibilidade de inseri-lo em outro projeto de lei. Entretanto, Darmanin negou que essas

alternativas seriam apoiadas, declarando “estar orgulhoso de ser um chefe que defende suas tropas”. Desse modo, uma eventual rejeição ou reformulação caberá ao Senado e Parlamento.

Contexto delicado

O *PPL Sécurité Globale* surge em um contexto já delicado, marcado por uma crescente desconfiança por parte da população em relação às polícias, na esteira do movimento dos Coletes Amarelos – que marcaram o país entre 2018 e 2019 – e de recorrentes denúncias de casos de violência e racismo por parte de policiais.

Em janeiro de 2020, Cédric Chouviat foi morto por asfixia após uma abordagem policial no centro de Paris. A comprovação só foi possível graças à filmagem da ação por testemunhas.

Em 18 de julho de 2020, no embalo das manifestações ocorridas nos EUA contra a morte de George Floyd, milhares de pessoas saíram às ruas em várias cidades francesas clamando justiça por Adama Traoré, jovem homem negro morto por asfixia em julho de 2016, pouco após ser detido por agentes.

Recentemente vieram a público imagens do sistema de segurança de um estúdio que mostra o produtor musical Michel Zecler sendo espancado por três policiais, no dia 21 de novembro. O fato instigou o clima de revolta contra a violência policial e contra a criminalização de filmagens da atuação dos agentes.

A vítima, Zecler, declarou ainda ter ouvido insultos racistas por ser negro. Este último episódio teve forte repercussão midiática e política, reforçando as críticas ao artigo 24 do *PPL Sécurité Globale*.

Segundo defendem os opositores à lei e diversos jornalistas, com a proibição de filmagens das ações policiais inúmeros casos de violência policial deixariam de vir a público, de ser denunciados e até mesmo investigados.

Yacine Guellati

Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília

<https://www.fontesegura.org.br/seguranca-no-mundo1/u4ri5mhkzg>

